

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

REFLEXÕES SOBRE A TENDÊNCIA DE GUETIZAÇÃO NA SOCIEDADE URBANA

HELENI DUARTE DANTAS DE AVILA¹

CLEITON LIMA DE OLIVEIRA BARBOSA²

RESUMO

Analisamos a formação de guetos e conglomerados operários em diferentes contextos históricos e geográficos, focando em três aspectos: guetização, conglomerados operários ingleses, e favelas. Trata-se de uma revisão bibliográfica que analisa as relações entre espaço urbano e sistema de produção capitalista. Os resultados destacam a guetização como expressão da desigualdade nos espaços urbanos.

Palavras Chave: – Guetização; Espaço urbano; Desigualdade capitalista; Conglomerados operários

ABSTRACT

We analyze the formation of ghettos and working-class conglomerates in different historical and geographical contexts, focusing on three aspects: ghettoization, English working-class conglomerates, and favelas. This is a bibliographical review that analyzes the relationships between urban space and the capitalist production system. The results highlight ghettoization as an expression of inequality in urban spaces.

Keywords: Ghettoization; Urban space; Capitalist inequality; Worker conglomerates

Introdução

Este artigo é uma análise de uma ramificação do fenômeno denominado “sociedade urbana”, ou, nas palavras de Lefebvre (2002), a sociedade que nasce do processo de industrialização. Trata-se de uma reflexão sobre as tendências de guetização da sociedade,

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal da Bahia

levando em consideração algumas particularidades oriundas do sistema capitalista e que acabam regendo tanto o processo de urbanização, quanto de industrialização e a uma relação dialética entre eles.

As cidades se desenvolvem envoltas pela dicotomia “valor de uso” versus valor de troca, que representam um paradoxo de caráter moldador das configurações das relações sociais oriundas do processo de subjugação do campo pela cidade. O processo de instalação de fábricas, também é o processo de modelagem das cidades industriais, que acompanham uma transformação, dentro das formulações marxistas da “passagem de um capitalismo comercial e bancário, e da produção artesanal para a produção industrial para capitalismo concorrencial” (LEFEBVRE, 2001, p.14).

O contexto descrito por Lefebvre abrange a realidade europeia e norte-americana de meados do século XIX, e de grandes cidades, mais especificamente da França, Inglaterra, Estados Unidos, dentre outras, que vivenciou um processo de expansão industrial e podem ser considerados países centrais do sistema capitalista. A expansão da industrialização, ao mesmo tempo em que depreendeu dos grandes aglomerados urbanos para se consolidar, também moldou e transformou esses espaços urbanos numa espécie de via de mão dupla.

Essa espécie de remanejamento estrutural das cidades, que a indústria promoveu para garantir as vias de consolidação do processo de reprodução e acumulação do capital tende a romper alguns núcleos considerados tradicionais e se apoderar deles. E, também alinhado com o processo vão se formando as cidades operárias e subúrbios, que assimilam também os conglomerados de moradias precárias, concebidos pelas formulações contemporâneas como as “Favelas”

Nesse sentido, o presente trabalho é uma análise geral do processo de urbanização nos moldes do sistema de produção vigente nesses países centrais do capital, mas realiza uma pequena e situada reflexão sobre a tendência da sociedade capitalista global, de concentrar os produtores de capital, ou como é mais comum serem denominados, os proletários, em condições precárias do que podemos classificar como subsistência. Trata-se aqui de uma reflexão da “guetização” das cidades, até a formação de conglomerados operários, se considerarmos o conceito de exército da reserva industrial de Marx, onde a massa de força de trabalho não utilizada, ou subutilizada, se aglomera no espaço urbano (MARX, 1983; SOUZA, 2003).

Esses espaços, na sua dinâmica, estão cerceados por laços comunitários, estabelecidos, principalmente, pelo processo de banalização da vida social em detrimento do estabelecimento do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

lucro e da mais-valia. Nas palavras de Wacquant (2001), são comunidades estigmatizadas, as margens da metrópole, onde as pessoas que estão às margens econômica e social das cidades reside, e que a mídia dá atenção de uma maneira mais exacerbada, assim como é foco de atenção dos políticos e do dirigentes do estado.

Considerando que o racionalismo técnico e a subsunção das sociedade ao lucro, tem um papel importante, nas sociedades centrais do capitalismo moderno, se considerar a Europa, América Latina e Estados Unidos, no escamoteamento das diferenças culturais e espaciais. Ao mesmo tempo em que, molda a divisão social e espacial do trabalho, estabelecendo uma espécie de hierarquia entre as diferentes nações e o seu processo de crescimento cumulativo oriundo da integração das economias externas (CASTELLS, 2014).

Salienta-se, no entanto, que, diferentemente dos Estados Unidos e da Europa, no Brasil os problemas urbanos, só ganharam status de expressões da questão social recentemente, se forem consideradas as ciências sociais. E essa incorporação tardia, se dá pela orientação política e intelectual, de ideias republicanas a partir dos anos 80 do século XX, porém passa por um período de desestabilização prática, gestada pela concepção da existência de uma separação entre a cidade e os imperativos da ordem econômica global, e o conhecimento e ação urbanísticos são mobilizados na tentativa de engendrar uma correlação entre cidade e mercado (RIBEIRO, 2018).

Nesse sentido, considerando as particularidades de cada local e período histórico, o texto visa evidenciar algumas peculiaridades desses ritos de formação das sociedades modernas. Nesse aspecto, pode-se considerar a questão social, não só como uma das fomentadoras do espaço urbano, mas um fruto das relações desse espaço com o sistema de produção, estabelecendo assim uma dialética entre espaço, e relações históricas de cunho econômico e social.

Trata-se de uma revisão bibliográfica de três trabalhos utilizados como fundamentação teórica dentro do segmento acadêmico das análises do fenômeno urbano, em especial a sociologia urbana. E, levando em consideração as formulações aqui descritas e o desenvolvimento da discussão pelas ciências sociais, mas buscando situar a discussão em alguns pontos e espaços geográficos mais "palpáveis", pois se trata de uma área extremamente ampla,

O corrente texto divide-se em quatro partes, onde na primeira parte é feita uma breve discussão sobre a formação dos primeiros guetos, a partir da formulação de Loic Wacquant, na Segunda parte é feita uma breve discussão histórica sobre a formação dos conglomerados operários ingleses, tendo com principal base a pesquisa realizado por Friedrich Engels, na terceira



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

parte é feita uma breve análise do contexto brasileiro, fundamentado na pesquisa desenvolvida por Lícia Valladares. Na quarta parte e considerações finais, é traçada uma discussão sobre as peculiaridades dos contextos urbanos descritos a fim de evidenciar consonâncias e dissonâncias a respeito do processo

Sobre a “origem” da guetização

Em seu artigo, ‘Que é gueto? Construindo um conceito sociológico, Wacquant (2004) lança uma crítica à maneira como o conceito ‘gueto’ tem sido empregado no campo das ciências sociais. Ele argumenta que a utilização deste termo tem sido permeada, por debates que emergem do âmago do senso comum, o que compromete a precisão e a relevância analítica do conceito.

Tanto na historiografia da diáspora judaica do começo da era moderna e durante o nazismo, como na Sociologia da experiência negra na metrópole do século XX e na Antropologia sobre a marginalidade étnica na África e na Ásia Oriental, ou seja, nas três áreas em que o termo é empregado, o “gueto” denota uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes (WACQUANT, 2004, p. 155).

Originado do italiano *giudecca*, *borghetto* ou *gietto* era o nome dado a áreas urbanas doadas ou vendidas para os povos judeus na Europa da idade média, como meio de concentração e atração desses que eram considerados bons gestores de negócio e contribuem para o bom andamento econômico local. Sendo que entre os séculos XIII e XIV, os favores dos judeus foram transformados em obrigação, e a partir daí os judeus começaram a ser cerceados da livre circulação nas cidades, tendo que estabelecer redes de solidariedade e laços comunitários dentro desses espaços, onde desenvolviam também sua cultura, seu comércio, sua religiosidade, e conseguiram se desenvolver e se organizar de ordenadamente (WACQUANT, 2004).

O autor aponta, nessa caracterização inaugural de origem italiana, e motivada pelo povo Judeu, os quatro elementos constituintes do gueto que são o estigma, o limite, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional. Meio social e organizacional de utilização dos espaços para fins de conciliar dois objetivos opostos, se de um lado promovia a maximização do lucro de

um grupo social considerado como “pervertido” e “perversor”, por outro, minimizava o contato dos membros desse grupo no intuito de impedir uma espécie de contágio.

E o mesmo raciocínio que misturava exploração econômica e ostracismo social foi predominante na formação, estabelecimento e dinâmica dos guetos afro-americanos em meio a dominação econômica oriunda da relação industrial fordista. Os negros exerciam um trabalho não qualificado, porém essencial no contexto das indústrias do centro do pujante modelo de produção, ao mesmo tempo em que a imposição de limites territorial, praticamente extinguiu o risco de uma mistura ou até mesmo tentativa de confraternização étnica com a considerada “elite branca” (WACQUANT, 2004).

No contexto japonês, aconteceu fenômeno semelhante com os povos burakumins, que na condição de descendentes da casta mais baixa dentre as que compunha o sistema feudal japonês, ficavam legalmente confinados a pequenos vilarejos, obrigados a usar coleiras amarelas e andar descalços, se posicionando de quatro ao falar com descendentes das outras castas. No século XIX, especificamente, anos 70, apesar de emancipados oficialmente, a migração de cidade tinha a obrigação de se restringir a bairros com alto índice de insalubridade, e se sujeitarem aos piores empregos. Os seus filhos tinham que estudar em escolas separadas e submetidos ao casamento ou procriação entre a sua etnia, como forma da não mistura com etnias consideradas superiores (DEVOS; WAGATSUMA, 1966, apud WACQUANT, 2004).

No contexto brasileiro o processo de guetização se manifesta principalmente, na população negra recém saída do processo de escravização legitimada pelo estado, como será abordado mais adiante mais adiante na reflexão sobre a formação da favela carioca. A mistura de elementos como raça, gênero nesse processo, são pautadas nas relações de poder e direcionam os grupos sociais delimitados a esses conglomerados, a ter dificuldade de acesso a meios de estabelecimento da adaptação a dinâmica do sistema vigente, como por exemplo, a educação, e diferente do que aconteceu com os judeus em seus guetos de continuação da sua cultura e desenvolvimento comercial e cultural, porém semelhante à realidade norte-americana, os brasileiros são obrigados a experimentarem a marginalidade e a vulnerabilidade social (DA SILVA, 2022).

Nesse sentido, Wacquant (2004) considera a formação do gueto, além de um instrumento de demarcação e isolamento étnico-racial, também um artifício que ao mesmo tempo tem função estruturante para a classe dominadora, e para a classe dominante. Para os dominadores, serve para isolar os seus dominados e garantir que não exista uma mistura de relações cotidianas para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

além das relações de trabalho, já para os dominados, serve para integrar e proteger, livrando desse constante contato com os dominantes, e permitindo o estabelecimento de laços comunitários dentro de um local restrito aos seus membros.

Industrialização e a Invenção do gueto operário Inglês

Engels faz uma análise de como o processo de industrialização e êxodo rural transformou o contexto das cidades consideradas grandes, fazendo-as produzir cada vez mais riqueza socialmente construída através da otimização da produção. Porém esse mesmo processo permitia que essa riqueza se concentrasse nas mãos dos poucos donos dos meios de produção em um processo de fomento de desigualdade, e subsunção de alguns grupos humanos a outros que dominam economicamente o sistema de propriedade privada (ENGELS, 2010 p.68).

As pessoas consideravam as outras como objetos num processo de reificação das relações humanas e de subsunção de uma classe pela outra classe. o que resultava na dominação do mais forte que majoritariamente é composto pela classe detentora dos meios de produção e que possui um menor contingente, ao mais fraco, que majoritariamente é composto pela maioria que representa o maior número de pessoas e que vende sua força de trabalho ao dominante (ENGELS, 2010)

No livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” o autor, que descreve uma “guerra social” de todos contra todos, na década de 40 do século XIX, onde as “armas de combate” dos donos do meio de produção, eram “o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção”(ENGELS, 2010, p.69) e o ônus dessa configuração social, recai sobre a classe dominada, provocando reflexos também na questão habitacional.

Os operários estavam concentrados nos chamados “bairros de má fama”, alocados em vielas longe dos olhos, porém próximos geograficamente das localidades onde os donos dos meios de produção habitavam. As piores casas e a parte mais esteticamente desfavorecida, em construções de tijolo, de condição irregular com um o mais andares e ainda com porões quase sempre habitados (ENGELS, 2010, p.70)

Segundo o autor essas habitações precárias, eram chamadas de *Cottages* e estavam espalhadas normalmente por todo o território inglês. Nesses bairros as ruas não eram planas, sem calçamento, limpeza urbana ou esgotos e canais de escoamento contavam também com grandes

valetas de charco empoçado, o que também contribuía para formar um mal cheiro proveniente do despejo de dejetos humanos ao ar livre.

Outro fator de insalubridade era a ventilação precária, que devido a estrutura irregular dos bairros e a sua densidade demográfica, compromete também a qualidade do ar circulando entre as casas, considerando que o mal cheiro e doenças transmitidas pelo ar poderiam também estar sendo disseminadas. Além disso, essa insalubridade poderia estar impregnada nos tecidos das roupas utilizadas no seu cotidiano, pois eram secadas em varais espalhados vielas próximas às moradias (ENGELS, 2010, p. 70).

O autor generaliza essa realidade para algumas cidades daquele contexto, com Londres, Dublin, Liverpool, Nottingham, Birmingham, Manchester na Inglaterra, Edimburgo e Glasgow na Escócia. Cidades de potencial produção industrial e de fluente transporte para as mercadorias produzidas, porém com enormes conglomerados de trabalhadores amontoados em moradias precárias e péssimas condições materiais de sobrevivência, mesmo com o potencial de produção do capital.

Uma das características mais marcantes da cidade de Manchester por exemplo, local onde o autor residia, era a capacidade de escamotear os bairros operários da vista dos que faziam parte da classe média, segundo o autor era possível entrar e sair diariamente das localidades sem sequer cruzar o caminho de um operário. Para ele, isso se dava por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média” (ENGELS. 2010, p.88; 89).

O processo se dá no contexto de ascensão do capitalismo concorrencial de cunho acelerador do processo de subsunção da sociedade do trabalho a industrialização mais acelerada, em detrimento do capitalismo comercial de característica bancária. E é mister estabelecer uma comparação com o processo em que o Brasil, de capitalismo tardio e dependente, estava passando no início do século XX, quando se iniciou o processo de formação das favelas.

A formação das favelas no Brasil

O rápido crescimento das estruturas urbanas denominadas de favela, em nosso país, está diretamente ligado ao processo de urbanização, associada à industrialização, em especial nas décadas de 1950 a 1970. Não obstante, as favelas surgem anteriormente ao fenômeno de concentração urbana no Brasil. Segundo Filho (2011), apesar do surgimento das habitações urbanas precárias date do início da colonização portuguesa, as referências aos assentamentos

denominados como favela estão associadas ao contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX.

Para Cruz (1941), a palavra favela está associada à Guerra dos Canudos. Sobretudo, favela é o nome da vegetação que cobria morros na Bahia. Esta era uma encosta do arraial de Belo Monte, ocupada pelos soldados durante a Guerra dos Canudos, onde nesta vila ocorreram vários combates durante o final do século XIX. Ainda o mesmo autor comenta que:

A favela tem sua toponímia ligada à chamada “guerra de Canudos”. Terminara a luta na Baía. Regressavam as tropas que haviam dado combate e extinguiram o fanatismo de Antônio Conselheiro. Muitos soldados solteiros vieram acompanhados de “cabrochas”. Elas queriam ver a Côte... esses soldados tiveram de arranjar moradas. Foram para o antigo morro de S. Diogo e, aí, armaram o seu lar. As “cabrochas” eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele Estado. Falavam muito, sempre da sua Baía, do seu morro. E aí ficou a Favela nas terras cariocas. Os barracões foram aparecendo, um a um. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois, foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nasceria a Favela (CRUZ, 1941 p.14).

Segundo Sagmacs (1960), a palavra Favela teria surgido em Canudos e levada para o Rio de Janeiro, onde após o término do combate em Canudos, os soldados sobreviventes e as vivandeiras se instalaram no Morro da Providência (Rio de Janeiro).

Rocha (1995) complementa que não se pode, portanto, afirmar que a favela surge no morro da Favela, mas pode-se sim, dizer que é a partir da ocupação do morro da Favela que essa prática se sistematiza.

Por certo, as “favelas” são as primeiras ocupações urbanas “não oficiais” nos morros, ela serve como ilustração da primeira abordagem que a cidade desenvolveu para se relacionar com seus espaços de pobreza, marcada pela ocupação “espontânea” de espaços que não interessavam às elites (SOUZA, 2007).

Essa questão remonta ao processo de abolição, no qual, com escassas opções de moradia e de sobrevivência, os recém-libertos que chegavam aos centros urbanos eram submetidos a condições de habitação sub-humanas (GONÇALVES: NASCIMENTO, 2011).

Entregues à própria sorte, os negros foram empurrados para espaços marginais e que não interessavam a burguesia, restando as zonas mais perigosas e de difícil acesso como as encostas dos morros e sem nenhum planejamento ou outro processo de urbanização com acesso a serviços básicos.

Esse padrão de moradia parece ter sido, por longo tempo, sistematicamente ignorado, pois, enquanto circunscrito restrito a espaços segregados e “marginais”, convinha ao discurso da nascente burguesia.

Em comparação com a situação social brasileira, trazemos uma explanação sobre o contexto das favelas Cariocas, descrito por Lícia Valladares, no seu livro “A Invenção da Favela - do Mito de Origem à Favela.com” que conta a história da formação das favelas cariocas, se utilizando dos meios e áreas acadêmicas possíveis e disseminadas à época, no final do século XIX, quando se inicia uma preocupação com a expansão e a alocação da pobreza no espaço urbano.

Segundo a autora, essa alocação se inicia em volta de um grande centro habitacional, na capital federal, porém o desenvolvimento industrial estava em plena transformação de como a força produtiva estava sendo empregada, os grandes centros comerciais eram afastados dos locais da sua formação. A favela era vista como uma comunidade de estilo de vida de extrema precariedade, porém com uma enorme capacidade de sobrevivência dos seus integrantes, diante das condições materiais de vida (VALLADARES, 2005).

São ramificações do que representava os cortiços existentes em muitas cidades brasileiras, particularmente as mais antigas como Salvador, Rio de Janeiro e outras, que abrigava a população marginalizada e julgada como problema para uma sociedade elitista de uma cidade considerada desenvolvida, e segundo os cronistas, “Um universo exótico em meio a pobreza originalmente concentrada no centro da cidade, nos cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongando morro acima”.(VALLADARES,2005, p.36) e, também por intermédio dessas bases, a favela poderia ser considerada um problema.

De acordo com a autora afirma que os indícios levam a crer que a transformação da favela do Rio de Janeiro em problema tem uma significativa participação de alguns setores do estado, em sua ação com característica de cunho moralista, influenciada pela cultura católica de origem neotomista. Ao tentar exercer controle sobre a pobreza, delimitou o espaço geográfico e selecionou a potencial população para a construção do espaço de ideias articuladoras da dinâmica social das favelas formadas por moradias precárias e condições ínfimas de sobrevivências.

Obviamente, o cerceamento dessas comunidades em locais de difícil acesso tanto para os próprios moradores, quanto para o poder público, ajudou a precarizar ainda mais o acesso a assistência oferecida pelo estado, no início do século, quando a questão social, mesmo que com viés policialesco, começa a ser pautada dentro da dinâmica legal, especialmente o entre o final da primeira metade do século XX.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A institucionalização do trato com a questão da moradia, mas que envolvia também a questão sanitária, determinou a orientação interventora por parte do poder público, que segundo Lamamoto e Carvalho (1998), sofria grande influência da igreja e principalmente dos setores da classe dominante, e com o estabelecimento de estudos e legislações, visava administrar e demarcar a expansão desses espaços.

No contexto cotidiano, esses espaços continuam contraditórios, mas adequado ao paradigma da questão social submetida ao modelo de expansão societária neoliberal, que mesmo depois do estabelecimento de uma constituição federal pós-ditatorial, que garante alguns direitos fundamentais à população, a violação constante desses direitos é comum. Algumas dessas favelas, são corriqueiros palcos de ações do estado em sua representação ostensiva através dos mecanismos componentes do sistema de segurança pública, ou de grupos criminosos que fomentam violência e degradação gerando uma

[...] ampla violação dos direitos de cidadania indica os limites da consolidação democrática e do estado de direito no Brasil. O universo do crime não só revela um desrespeito generalizado por direitos civis, mas também diretamente deslegitima a cidadania. Esse desrespeito pelos direitos individuais e pela justiça representa o principal desafio à expansão da democracia brasileira para além do sistema político, onde ela foi consolidada nas últimas décadas.

(CALDEIRA, 2003, p.11)

No século XXI, locais como as favelas cariocas que abrigam a grande massa de trabalhadores, em linhas gerais, permanecem como locais de demarcação social, porém de produção e reprodução de cultura e estilo de vida comunitário. A cultura desses espaços urbanos estabelece uma economia e leis próprias, e o território estabelecido ao redor delas representa também a segregação das metrópoles brasileiras e nesse caso específico o contexto carioca (VALLADARES, 2005).

Segundo dados do IBGE (2024) O Brasil tem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, em um total de 6,6 milhões de domicílios, segundo dados do Censo Demográfico 2022. Noticia ainda a grande dificuldade de fazer este levantamento em função desta parcela das cidades serem “invisíveis”, pois não estão legalizadas (moradores não possuem documentos que oficialize a sua propriedade) e com endereços muitas vezes inexistentes e de difícil acesso.

Ainda podemos identificar nos dados do IBGE (2024) que, o ranking das dez maiores favelas do Brasil pelo Censo de 2022 inclui, ainda, Rio das Pedras (Rio de Janeiro), Beiru/Tancredo Neves (Salvador), Heliópolis (São Paulo), Paraisópolis (São Paulo), Pernambués

(Salvador), Coroadinho (São Luís), Cidade de Deus/Alfredo Nascimento (Manaus) e Comunidade São Lucas (Manaus). A quantidade de pessoas vivendo em aglomerados subnormais³ é muito grande no Brasil, o que é algo preocupante em diversos aspectos e impacta diretamente nas condições objetivas de sobrevivência destas populações.

O Estado brasileiro necessita urgentemente assumir a tarefa de enfrentamento das graves desigualdades sociais e a construção de políticas públicas para a efetivação da dignidade humana, ou seja, habitação, alimentação, saúde, educação, trabalho/emprego, lazer, dentre outras de mesma importância. Em todos estes casos, a intervenção política só pode ocorrer através das políticas públicas, atendendo os pontos cruciais para efetivação de uma vida com dignidade, sem segregação/exclusão, destas populações.

Nenhuma política pública nasce sem um conhecimento profundo dos grupos sociais que ela pretende atingir, ou estará fadada ao fracasso, o Censo é um instrumento importante, que apesar de não responder à totalidade das questões existentes acerca da vida social, pode contribuir para a construção das políticas e levar a novos questionamentos e parcerias importantes por parte do Estado e sociedade civil.

Conclusão

No Brasil, capitalismo dependente e tardio, e que além dos problemas oriundos do processo de troca entre o processo de industrialização e a urbanização, teve na sua raiz e até os dias atuais enfrenta problemas recorrente do racismo estrutural e da superexploração da produção industrial em detrimento do desenvolvimento dos grandes centros. O que está de acordo com a lógica do capitalismo monopolista, em que os países em desenvolvimento, em sua maioria ex-colônias de exploração, servem como fonte de extração de riquezas tanto da ordem material, quando de agregação de valor oriundas da agregação do tempo de trabalho nas mercadorias.

Concluo falando sobre a inerência do sistema em formar guetos, como “expressões objetivas da desigualdade intencional do capital”. Como Marx (1985) sustenta, a desigualdade é inerente ao capitalismo. O sistema transforma a tudo e a todos em objetos, reificando, traduzindo

³ Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

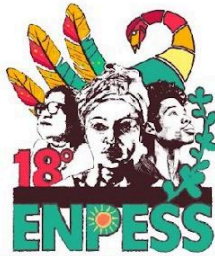
a vida social como a vida de relações entre mercadorias que só precisam viver ou sobreviver para proporcionar a reprodução do capital.

Seguindo essa lógica, os guetos nada mais são do que locais onde a força de trabalho, que é classificada como mercadoria, busca um refúgio básico para repor a energia despendida para a produção, além de permanecer impermeável a relação social com as classes consideradas mais apropriadas a ocuparem o espaço urbano mais especializado. O resultado disso são pessoas sem tempo livre para cuidarem das demandas sociais, se tornando insalubres e encurtando seu período de vida e permanecendo espoliados e marginalizados socialmente, só sendo lembrados pelo estado na “recepção” ao poder ostensivo.

Então a guetização dentro do espaço urbano, é, de certa forma, a produção de uma mercadoria servil ao capital, que adquire características comunitárias interessantes a reprodução do sistema, mas que também produz um espaço próprio de produção e reprodução de capital através das suas microrrelações locais. E ainda assim, mesmo sendo tão relevantes para o sistema, os guetos são tratados como zonas de categoria inferior e os seus habitantes colhem os frutos dessa construção cultural inferiorizante.

Assim como os guetos judeus da Itália, os guetos negros da América do Norte pós fordista e os guetos japoneses da etnia dos burakumins, o processo de guetização do Brasil moderno, representado pelo estabelecimento das favelas cariocas como bem representado por Lícia Valladares, evidencia uma tentativa intencional de isolamento socio espacial dos que servem apenas como força de trabalho. Uma verdadeira demarcação da vida social, que fica reduzida ao âmbito desses espaços, e o trabalhador ao se deslocar para o espaço geral onde as classes classificadas como adequadas para uma vida social relativamente livre vivem, passa por um processo de estranhamento numa espécie de “alienação” ao espaço produzido pelo resultado da sua mais valia.

O isolamento social, racial e ético, é imperativo nessa construção e de certa forma os sistemas sociais se articulam para evidenciar e estabelecer limites a não serem ultrapassados pelos integrantes desses meios, sob pena de invasão domiciliar, submetimento aos sistemas penais e até mesmo cerceamento de vidas através de genocídios, as vezes implícitos na ação dos estados, às vezes explícitos. O que a classe trabalhadora, seja ela inserida no mercado de trabalho ou não vivencia nesse processo, é a verdadeira expressão de um *apartheid* sócio espacial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

CRUZ, H.D. **Os morros cariocas no novo regime**: notas de reportagem. Rio de Janeiro: S/E. 1941. 102p. Disponível em:
<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/651/365>. Acesso em 19 de julho de 2024.

SOUZA, Davisson de. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 114–119, 2005.

DA SILVA, Pauline Aparecida Ildfonso Ferreira. 14. Racismo estrutural, processos de guetização e os expedientes da branquitude. *Revista Philologus*, v. 28, n. 82, p. 217-34, 2022.

FILHO, Alfredo Pereira de Queiroz. **Sobre as origens da Favela**. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela ; CARVALHO, Raul de . *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12ª. ed. São Paulo: Celats/ Cortez, 1998.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama> Acessado em 10 de julho de 2024.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

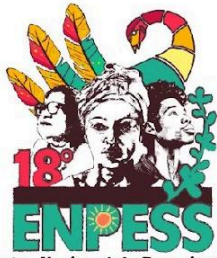
MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

ROCHA, O.P. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SAGMACS. **Aspectos humanos da favela carioca**. O Estado de São Paulo, suplementos ESPECIAIS, ABRIL, 1960.

VALLADARES, Lícia do P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, p. 155-164, 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

WACQUANT, Löic. Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: REVAN, FASE, 2001.